



GRÃOS



PAINÉIS FOTOVOLTÁICOS



RISCOS ESPECIAIS



RISCOS DE ENGENHARIA



ÔNIBUS/TRANSPORTE



BIKE



AERONÁUTICO



FRUTAS E HORTALIÇAS



EVENTOS



PENHOR RURAL



GARANTIA



NAÚTICO



CARGA

SOLIDEZ FINANCEIRA QUE SUSTENTA SOLUÇÕES DE VALOR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

essor
Seguradora do Grupo SCOR



essor.com.br
in /company/essor-seguros
@ /essorseguros
f /essorseguros





Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

A Seguradora

No Brasil desde 2011, iniciou suas operações no mercado local ao longo de 2012, sendo especializada em produtos diferenciados e inovadores. Capaz de prover efetivo valor aos seus clientes e parceiros, atualmente a Seguradora comercializa 36 seguros distintos ao mercado.

Oriunda de uma parceria ("joint-venture") entre duas sociedades do mercado segurador europeu, completou em 2025, quatorze anos de existência no Brasil, buscando a soma de suas experiências globais e empresariais com um mercado em vasta expansão. Em 2 de janeiro de 2018, foi aprovada por meio da Portaria SUSEP nº 7045 a transferência do controle acionário indireto e da ingerência efetiva nos negócios da Seguradora para Scor Global P&C SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa, sendo esta a única acionista desde então. Em 31 de março de 2019, houve a sucessão da Scor Global P&C SE pela Scor SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa. Com sede no Rio de Janeiro e sucursal em São Paulo e em Porto Alegre, a ESSOR, foi desenvolvida para ser uma Seguradora com atuação nacional e investimentos focados no mercado brasileiro.

Resultado do exercício

Durante o exercício de 2025, a Seguradora registrou leve retração de 5% no volume de prêmios emitidos em comparação ao exercício anterior, totalizando R\$ 1,3 bilhão.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	1.716.514	1.677.355
Circulante	22.021	30.188
Disponível	22.021	30.188
Caixa e bancos (Nota 6)	401.383	314.323
Aplicações (Notas 6 e 7)	599.074	633.102
Créditos das operações com seguros e resseguros	532.764	476.201
Prêmios a receber (Nota 8)	4.079	2.454
Operações com seguradoras	62.231	154.364
Operações com resseguradoras (Nota 9)	-	83
Outros créditos operacionais	536.803	539.519
Ativos de resseguro (Nota 10)	16.502	16.230
Títulos e créditos a receber (Nota 11)	14.067	15.795
Outros valores e bens (Nota 13)	139	169
Despesas antecipadas	126.525	128.029
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	126.525	128.029
Seguros	377.738	336.293
Não circulante	367.165	330.108
Realizável a longo prazo	214.589	286.435
Aplicações (Notas 6 e 7)	10.535	4.839
Créditos das operações com seguros e resseguros	10.258	1.143
Prêmios a receber (Nota 8)	277	3.696
Operações com resseguradoras (Nota 9)	90.777	2.609
Ativos de resseguro (Nota 10)	27.384	23.490
Títulos e créditos a receber (Nota 11)	12.075	11.552
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	15.309	11.938
Depósitos judiciais (Nota 11)	7.041	2.962
Outros valores e bens (Nota 14)	16.839	9.773
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	5.179	4.817
Seguros	2.565	3.644
Imobilizado	2.614	1.173
Bens móveis	5.394	1.368
Outras imobilizações	5.394	1.368
Intangível	2.094.252	2.013.648
Outros intangíveis		
Total do ativo		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esse movimento reflete, em grande medida, a normalização do segmento Rural, que em 2024 havia apresentado desempenho excepcional e volumes significativamente acima da média histórica. Mesmo com esse ajuste, os demais segmentos mantiveram comportamento estável e alinhado ao planejamento estratégico.

A sinistralidade apresentou aumento de 5 pontos percentuais em relação a 2024, influenciada principalmente pelo desempenho dos seguros de transportes, em razão de maior frequência de ocorrências e elevação dos custos de reparo observada no mercado. Apesar desse cenário, a Companhia manteve rigor técnico e práticas consistentes de subscrição e gestão de riscos, preservando a qualidade do portfólio. No exercício de 2025, a Seguradora registrou lucro líquido de R\$ 42 milhões e retorno sobre o patrimônio líquido de 20%. Embora o resultado tenha sido impactado pelos fatores mencionados, a Companhia seguiu apresentando geração de lucro e desempenho operacional consistente, evidenciando a solidez de suas operações e sua capacidade de adaptação frente a condições de mercado mais desafiadoras.

Estrutura organizacional

Com o intuito de atender os requerimentos legais e societários, a ESSOR possui um corpo de administradores e diretores que atuam no mercado segurador há muitos anos. A ESSOR possui a certeza de que seu time atenderá todas as elevadas expectativas dos parceiros e clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

Investimento no Brasil

A política de investimento tem como principal objetivo a preservação do capital e de um fluxo estável de receitas financeiras, por meio de investimentos em carteira de títulos de renda fixa.

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	1.643.867	1.669.912
Circulante	48.296	56.335
Contas a pagar	13.489	12.845
Obrigações a pagar	22.334	27.090
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15)	5.117	5.139
Encargos trabalhistas (Nota 15)	7.356	11.261
Impostos e contribuições (Nota 16)	487.359	548.150
Débitos de operações com seguros e resseguros	9.664	10.915
Prêmios a restituir	365.951	447.335
Operações com resseguradoras (Nota 17.i)	100.071	82.389
Corretores de seguros e resseguros (Nota 17.ii)	11.673	7.511
Outros débitos operacionais	8.127	30.919
Depósitos de terceiros (Nota 18)	1.097.791	1.032.376
Provisões técnicas-seguros (Nota 19)	1.097.791	1.032.376
Danos	2.294	2.132
Outros débitos	2.294	2.132
Passivo de arrendamento (Nota 14)	242.308	136.905
Não circulante	16.281	16.526
Obrigações a pagar	219.520	118.136
Provisões técnicas-seguros (Nota 19)	219.520	118.136
Danos	6.507	2.243
Outros débitos	960	840
Provisões cíveis	5.547	1.403
Passivo de arrendamento (Nota 14)	208.077	206.831
Patrimônio líquido	87.366	87.366
Capital social (Nota 22.i)	(1.267)	(10.193)
Ajustes de avaliação patrimonial	121.978	129.658
Reservas de lucros	2.094.252	2.013.648
Total do passivo e do patrimônio líquido		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro						
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	66.841	20.525	9.510	104.371	904	-	202.151
Ganho ou Perda não realizada, líquida sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(11.097)	-	(11.097)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(43.651)	-	-	(43.651)
Aumento de capital	20.525	(20.525)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	62.394	62.394
Constituição da reserva legal	-	-	3.120	-	-	(3.120)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22.iv)	-	-	-	-	-	(2.966)	(2.966)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	56.308	-	(56.308)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.366	-	12.630	117.028	(10.193)	-	206.831
Ganho ou Perda não realizada, líquida sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	8.926	-	8.926
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(48.035)	-	-	(48.035)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.368	42.368
Constituição da reserva legal	-	-	2.118	-	-	(2.118)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22.iv)	-	-	-	-	-	(2.013)	(2.013)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	38.237	-	(38.237)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.366	-	14.748	107.230	(1.267)	-	208.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Essor Seguros S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado controlada indireta da Scor SE (sociedade constituída sob as leis da França), com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 83-18º andar-Centro-Rio de Janeiro-RJ. A Seguradora tem por objeto social a operação em seguros de danos e pessoas, podendo aceitar riscos em retrocessão e deter participação em outras sociedades. Os principais ramos de atuação da seguradora são: Transporte Nacional e Internacional, RC do Transportador Rodoviário de Passageiros, RC Geral, Acidentes Pessoais Passageiros, Aeronáutico, Compreensivo Empresarial/Residencial e Seguro Agrícola. A Seguradora foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP por meio da Portaria nº 4.622, de 25 de maio de 2012 e deu início às suas operações de seguros em dezembro de 2012, podendo atuar em todas as unidades da federação.

A Seguradora mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e pagamentos trimestrais e semestrais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

A Administração declara que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Seguradora em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico como base de valor, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria avaliados ao valor justo por meio do resultado e dos títulos disponíveis para venda avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do ambiente primário no qual a Seguradora atua. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são:

3.1. Caixa e equivalente de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Ativos financeiros

(i) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de ou-

tros resultados abrangentes, mensurado subsequentemente a custo amortizado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independente da data de vencimento.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados como mensurados a valor justo por meio de resultado ou como ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(v) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de vencimento. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (impaired) no entanto, por se tratar de títulos soberanos, não foi identificado nenhum risco no período.

(vi) Impairment de ativos financeiros

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou

Política de reinvestimentos e de distribuição de dividendos

Os acionistas da Seguradora, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, 5% do lucro ajustado na forma prevista no artigo nº 202 da Lei 6.404/76. O lucro líquido após as deduções legais será destinado a Reserva Estatutária visando a manutenção de margem operacional compatível ao desenvolvimento das operações ativas da Seguradora.

Perspectivas

O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, foco na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam o Grupo em sua atividade global.

Outras informações-Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Scor SE (França).

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores de seguros, parceiros comerciais e operacionais, assim como as resseguradoras, pela confiança e parceria criada, e aos nossos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer a Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e as demais autoridades deste segmento, pelo apoio e orientações. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	1.315.860	1.428.278
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	10.736	(94.802)
(=) Prêmios ganhos (Nota 23.i)	1.326.596	1.333.476
(-) Sinistros ocorridos (Nota 23.ii)	(753.606)	(733.972)
(-) Custo de aquisição (Nota 23.iii)	(289.545)	(264.290)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.iv)	(14.301)	(18.701)
Resultado com resseguro (Nota 23.v)	(148.523)	(160.617)
(+) Receita com resseguro	416.459	483.212
(-) Despesa com resseguro	(565.731)	(643.709)
(+/-) Outros resultados com resseguros	749	(120)
(-) Despesas administrativas (Nota 23.vi)	(91.700)	(75.287)
(-) Despesas com tributos (Nota 23.vii)	(29.706)	(35.056)
(+) Resultado financeiro (Nota 23.viii)	68.680	55.762
(=) Resultado operacional	67.895	101.315
(+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos não correntes	(5)	(214)
(=) Resultado antes dos impostos	67.890	101.101
(-) Imposto de renda (Nota 16)	(15.786)	(23.774)
(-) Contribuição social (Nota 16)	(9.736)	(14.933)
Lucro líquido do exercício	42.368	62.394
Quantidade de ações no final do exercício	62.983.894	62.983.894
Lucro líquido em reais por ação	0,673	0,991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.368	62.394
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) não realizado(a) sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.876	(18.495)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(5.950)	7.398
Total do resultado abrangente do exercício	51.294	51.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	42.368	62.394
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.665	3.914
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	4.037	4.366
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(649)	(119)
Constituição (reversão) de provisão técnicas Seguros	(36.784)	125.559
Constituição (reversão) de provisão técnicas Resseguros	12.469	(16.125)
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	273	119
(+/-) Correção monetária s/ provisões técnicas	1.033	799
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(338)	50.456
Crédito das operações de seguros e resseguros	24.295	(151.295)
Ativos de resseguro e retrocessão-provisões técnicas	(93.711)	153.616
Créditos fiscais e previdenciários	(6.473)	(1.771)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.371)	(1.178)
Outros ativos	24.379	19.334
Impostos e contribuições	(8.683)	592
Outras contas a pagar	8.551	14.972
Débitos de operações com seguros e resseguros	(66.034)	(50.570)
Depósitos de terceiros	(22.792)	22.582
Provisões técnicas – seguros	198.021	(126.069)
Caixa gerado nas atividades operacionais	79.256	111.576
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.390)	(30.516)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	50.866	81.060
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra de Imobilizado	(3.802)	-
Pagamento pela compra de Intangível	(1.832)	-
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de investimento	(5.634)	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de principal de passivos de Arrendamento	(2.399)	(2.548)
Pagamento de dividendos	(51.000)	(73.585)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(53.399)	(76.133)
Aumento / (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(8.167)	4.927
Caixa no início do período	30.188	25.261
Caixa no final do período	22.021	30.188
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(8.167)	4.927

mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, mas não se limitam a: a) Dificuldade financeira relevante do emiteinte ou tomador. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal. • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhec



Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

damentos. A Seguradora aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2), portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

(ii) **Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)**

A Seguradora classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Seguradora aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Seguradora testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável

	Saldo em 31/12/2024	Novos contratos s/ reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2025	Depreciação Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	678	1.728	(38)	(579)	1.789	1.987	(198)	1.789
Imóveis	2.284	4.691	83	(1.806)	5.252	11.351	(6.099)	5.252
Total	2.962	6.419	45	(2.385)	7.041	13.338	(6.297)	7.041
	Saldo em 31/12/2023	Novos contratos /reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2024	Depreciação Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	696	576	-	(594)	678	2.265	(1.587)	678
Imóveis	3.266	371	-	(1.353)	2.284	6.769	(4.485)	2.284
Total	3.962	947	-	(1.947)	2.962	9.034	(6.072)	2.962

(b) **Passivo de arrendamento (débitos diversos)**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arren- damento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31/12/2023	4.587	(119)	4.468
Apropriação de juros transcorridos	119	-	119
Constituições/reavaliações de contratos	1.858	(362)	1.496
Pagamentos	(2.548)	-	(2.548)
Saldos em 31/12/2024	4.016	(481)	3.535
Apropriação de juros transcorridos	273	(1.882)	(1.609)
Constituições/reavaliações de contratos	8.353	-	8.353
Pagamentos	(2.399)	-	(2.399)
Outras/Baixas	(39)	-	(39)
Saldos em 31/12/2025	10.204	(2.363)	7.841
Circulante	2.797	(503)	2.294
Não circulante	7.407	(1.860)	5.547

3.5. **Imobilizado**

3.5.1. **Ativo imobilizado de uso próprio**

O ativo imobilizado de uso próprio corresponde a equipamentos e móveis e utensílios, utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

	% Depreciação	
Informática	20%	20%
Móveis, máquina e utensílios	10%	10%

3.6. **Intangível**

Os gastos diretamente associáveis a softwares identificáveis, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou manutenção de softwares são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

3.7. **Contratos de seguro**

O contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado), afetar adversamente o segurado. Os contratos dos produtos comercializados pela Seguradora na presente data são classificados como contrato de seguro, de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 11, aprovado pela SUSEP, estando, desta forma, sujeitos a teste de adequação dos passivos como determina este mesmo pronunciamento.

3.8. **Custos de aquisição diferidos**

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas de todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Seguradora que tem vigência anual.

3.9. **Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, a contribuição social foi constituída à alíquota de 15%.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e resultado e seus valores contábeis, bem como, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

3.10. **Provisões técnicas-seguros**

As legislações vigentes que instituem procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras são a Resolução CNSP nº 432/2021, em vigor desde 12 de novembro de 2021 e suas alterações, e a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. Face ao atual estágio de operações da Seguradora e as recentes alterações nos normativos supracitados, são utilizadas metodologias próprias com base nos dados internos da Seguradora ou nos dados históricos do mercado, que podem ser observados no Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES). As metodologias mencionadas estão detalhadas em notas técnicas atuariais e serão resumidas abaixo:

(i) **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério pro rata dia para todos os ramos de seguros.

(ii) **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**

A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) sobre operações de seguro direto é constituída conforme definido na Nota Técnica Atuarial. A metodologia de cálculo para estimativa desta provisão é baseada em critérios específicos para cada produto. Utilizam-se os métodos de *Chain Ladder*, bem como um mix de métodos em três etapas: *Chain Ladder* (CL), método *Bornhuetter Ferguson* (BF) e cálculo de sinistros totais com base na sinistralidade esperada (*target loss ratio*). Adicionalmente, aplica-se um fator de *target loss ratio* sobre o prêmio ganho e reduz-se o valor do saldo de sinistro avisado no mês de referência. Dados históricos do mercado segurador, extraídos do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), são utilizados para obtenção de fatores que são aplicados nos montantes de prêmio ou sinistro observados em 12 meses na Seguradora.

(iii) **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada em consonância com as definições apresentadas em Nota Técnica Atuarial. São utilizados critérios específicos para cada ramo, entre eles triângulo de desenvolvimento, e relatório de acompanhamento de emissões das propostas cadastradas no sistema da Seguradora.

(iv) **Provisão de Sinistros a Liquidar administrativo e judicial (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)**

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade assumida pela Seguradora. O cálculo da PSL judicial leva em consideração a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo de seguro envolvido, sempre que aplicável. A partir de maio de 2017 a Seguradora, com base em dados históricos, passou a registrar um percentual dos valores de risco das causas, levando em consideração a estimativa de perda e os valores inicialmente estimados em comparação aos valores efetivamente liquidados para cada processo. Anualmente a Seguradora reavalia se os percentuais aplicados de acordo com a classificação de risco continuam válidos. Em caso negativo, os percentuais são ajustados.

Para o cálculo do IBNR, calcula-se a diferença entre a estimativa global de sinistros ocorridos e não avisados e a estimativa de sinistros não suficientemente avisados, isto é, IBNR Total-IBNeR.

3.11. **Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)**

A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.12. **Provisão de Excedentes Técnicos (PET)**

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em contrato.

3.13. **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão do risco, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros e correspondem, substancialmente, às receitas de juros sobre as aplicações financeiras. Inclui também as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os impostos são apurados em base de competências, de acordo com as normas tributárias aplicáveis.

na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Seguradora utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Seguradora a partir de 1º de janeiro 2021.

Abaixo apresentamos as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma:

(a) **Ativo de direito de uso (outros valores e bens)**

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Seguradora em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente:

	Saldo em 31/12/2024	Novos contratos s/ reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2025	Depreciação Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	678	1.728	(38)	(579)	1.789	1.987	(198)	1.789
Imóveis	2.284	4.691	83	(1.806)	5.252	11.351	(6.099)	5.252
Total	2.962	6.419	45	(2.385)	7.041	13.338	(6.297)	7.041
	Saldo em 31/12/2023	Novos contratos /reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2024	Depreciação Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	696	576	-	(594)	678	2.265	(1.587)	678
Imóveis	3.266	371	-	(1.353)	2.284	6.769	(4.485)	2.284
Total	3.962	947	-	(1.947)	2.962	9.034	(6.072)	2.962

3.14. **Principais normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora**

O CPC 50 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) **Avaliação de passivos de contratos de seguros**

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 11-Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: Provisão de Prêmios não Ganhos-PPNG, Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes mas não Emitidos-PPNG-RVNE, Provisão de Sinistros a Liquidar-PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados-IBNR, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER, Provisão de Despesas Relacionadas - PDR e Provisão de Excedentes Técnicos-PET.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Seguradora é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

(ii) **Provisão para recuperação de ativos de seguros e resseguros**

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e resseguros, levando em consideração eventuais recebimentos subsequentes até a data de emissão da demonstração financeira.

(iii) **Provisões para contingências**

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis, fiscais e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

(iv) **Teste de adequação do passivo**

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas data-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas, sendo brutas de resseguro. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme grupamentos de ramos estabelecidos na circular SUSEP nº 682/2022 e suas alterações, e os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela Anbima (Cupom Pré-Fixado). Para o teste foram consideradas as seguintes projeções de sinistralidades:

Ramo	Produto	Sinistralidade Projetada(%)
0520 / 0623 / 0628	Seguro Ônibus	53,54%
0531	Seguro Automóvel-Casco	16,87%
0141 / 0118 / 0351	Seguro Compreensivo-Riscos Especiais	50,50%
0171	Seguro de Qualidade Estrutural	0,00%
	Seguros Penhor Rural, Benfeitorias e Equipamentos	60,90%
0351 / 1162 / 1130 / 0171	Seguro Habitacional - DFI	0,00%
1065	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	72,48%
1101 / 1111	Seguro Náutico	52,51%
1433	Seguro Aeronáutico	49,28%
1528 / 1535 / 1537 / 1597	Seguro Residencial	6,71%
0114	Seguro Riscos Diversos - Bicicleta (Bike)	43,19%
0171 / 0351 / 0622 / 1381	Seguro Painéis Fotovoltaicos	54,20%
0171	Seguro Garantia	51,07%
0775 / 0776	Seguro Riscos de Engenharia	44,14%
0167		
0621 / 0622 / 0632 / 0638		
/ 0652 / 0654 / 0655 /		
0656 / 0659	Seguro Cargo Marine	55,73%
0531 / 0553 / 0520	Seguro Caminhões	93,31%
	Seguro Eventos e Produções	
0171 / 0351 / 0982 / 0993	Audiovisuais	20,67%
0171 / 0621	Seguro Obras de Arte	2,33%
0196	Power	0,00%
0310 / 0378	Seguro RC Profissional	48,24%

Através da comparação do valor constituído para arcar com os compromissos futuros dos contratos de seguro (*net carrying amount*) e das estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro, verificamos que as provisões estão adequadas e que nenhuma provisão complementar se fez necessária.

5. **Estrutura de Gestão de Riscos**

A Estrutura de Gestão de Riscos da Seguradora possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento de seus principais riscos. O Gestor de Riscos da Seguradora é responsável por supervisionar continuamente essa estrutura, cabendo à Diretoria e ao Conselho de Administração zelar pela sua adequação. A eficiente gestão de riscos permite à Seguradora alcançar seus objetivos ao reduzir a probabilidade de ocorrência destes riscos e maximizar oportunidades.

A Estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao Sistema de Controles Internos da Seguradora, garantindo o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção a fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A área de Gestão de Riscos realiza revisões periódicas dos processos e seus controles-chave, enquanto a área de Compliance monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Seguradora, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais.

A Seguradora conta com um Sistema Integrado de Gestão (*Enterprise Resource Planning-ERP*) para apoiar o gerenciamento dos riscos a que está sujeita. O sistema ERP é uma plataforma de software especializada na automação de processos de seguros, com forte investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos. Ele permite a integração dos diversos processos da Seguradora, garante a integridade e segurança dos dados armazenados, possibilita a automação de atividades e otimiza o fluxo de informações, dentre outras funcionalidades. Atualmente, o sistema atende a todos os ramos em que a Seguradora atua e é de grande importância, pois permite o monitoramento eficaz de seus processos e maior rapidez na tomada de decisões.

5.1. **Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito nas operações da Segurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

(i) **Exposições ao risco de crédito**

Os ativos e os contratos de resseguro, nas tabelas abaixo, foram analisados em 2024 utilizando o rating da Standard & Poor's (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estava disponível. A partir de 2025, a Companhia passou a adotar prioritariamente as classificações atribuídas pela Fitch Ratings para avaliação da qualidade de crédito das contrapartes, utilizando ratings de outras agências apenas quando o rating Fitch não estiver disponível. Os valores são expressos em moeda local.

(a) **Ativos financeiros**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2025
Caixa e bancos	145	21.873	3	22.021
Aplicações-Fundos de investimento de renda fixa	-	5.912	-	5.912
Aplicações-Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	610.060	-	610.060
Prêmios a receber	-	-	543.022	543.022
Exposição máxima ao risco de Crédito	145	637.845	543.025	1.181.015
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB-	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2024
Caixa e bancos	2.937	27.250	1	30.188
Aplicações-Fundos de investimento de renda fixa	-	41.412	-	41.412
Aplicações-Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	559.346	-	559.346
Prêmios a receber	-	-	477.344	477.344
Exposição máxima ao risco de crédito	2.937	628.008	477.345	1.108.290

(b) **Contratos de resseguros**

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2025	%
Admitida	AA-	16.964	3,34%
Admitida	A+	21.356	4,21%
Admitida	A1	18.182	3,58%
Admitida	AA	56	0,01%
Admitida	AA-	592	0,12%
Eventual	A	2.842	0,56%
Eventual	A-	8.667	1,71%
Eventual	A+	12.093	2,38%
Eventual	AA	1.227	0,24%
Eventual	AA-	12.264	2,42%
Local	A	1.485	0,29%
Local	A+	286.975	56,57%
Local	AA-	21.659	4,27%
Local	brAA+	623	0,12%
Local	brAAA	102.298	20,17%
Local	Sem rating	70	0,01%
		507.353	100%

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2024	%
Admitida	AA-	693	0,14%
Admitida	A+	564	0,11%
Eventual	A+	9.422	1,87%
Local	A+	301.840	59,91%
Local	AA-	22.251	4,42%
Local	AA-	6.307	1,25%
Eventual	A+	17.117	3,40%
Admitida	A+	2.971	0,59%
Admitida	AA-	3	0,00%
Admitida	A+	29.284	5,80%
Local	AA-	6.421	1,27%
Eventual	A+	2.907	0,58%
Local	brAA+	308	0,06%





Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

(iv) Passivos financeiros e de seguros

	31/12/2025				
	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações a pagar	-	13.489	-	16.281	29.770
Operações com resseguradoras	-	365.951	-	-	365.951
Corretores de seguros e resseguro	-	100.071	-	-	100.071
Provisões técnicas (líquidas de resseguro)	17.171	206.587	337.230	128.743	689.731
Outros débitos operacionais	-	11.673	-	-	11.673
	17.171	697.771	337.230	145.024	1.197.196
	31/12/2024				
	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações a pagar	-	12.845	-	16.526	29.371
Operações com resseguradores	-	447.335	-	-	447.335
Corretores de seguros e resseguro	-	82.389	-	-	82.389
Provisões técnicas (líquidas de resseguro)	29.921	173.087	230.676	174.700	608.384
Outros débitos operacionais	-	7.511	-	-	7.511
	29.921	723.167	230.676	191.226	1.174.900

5.3. Risco de mercado
(i) Gerenciamento de risco de mercado
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Segue abaixo fator de risco para a exposição desta Seguradora.
(ii) Controle de risco de mercado
Teste de sensibilidade (risco de mercado)
As aplicações financeiras estão custodiadas no Banco Itaú. O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado.
A Seguradora analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração o cenário macroeconômico e as projeções divulgadas pelos bancos. Com base nesses cenários a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Estes testes são monitorados regularmente para avaliar se o potencial máximo de prejuízo está dentro dos limites determinados pela Administração.
Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento/redução no custo de oportunidade dos ativos financeiros-taxa de juros do mercado. Seguem os efeitos:
Impacto na receita financeira e no patrimônio líquido bruto de impostos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Receita financeira após aumento /redução	Impacto no patrimônio líquido %	Receita financeira após aumento /redução	Impacto no patrimônio líquido %
Premissas				
Receita financeira	74.222	-	58.292	-
Aumento 25% CDI	87.678	6,47%	66.284	3,86%
Redução 25% CDI	66.414	(3,75%)	53.623	(2,26%)

5.4. Risco de seguro/subscrição
A Seguradora possui em sua política de subscrição, critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes. A teoria de probabilidade e suas distribuições são aplicadas para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. A Seguradora desenvolve modelos e políticas de precificação, além de monitorar a adequação de preços dos produtos, que permitem a sua diferenciação, de forma mais justa, dos preços cobrados aos seus clientes.
Adicionalmente, a Seguradora busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos de resseguro e considerando a posição dos resseguradores na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais.
O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para o contrato de seguro de danos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esse contrato.
(i) Estratégia de subscrição
A Seguradora tem sua política de subscrição geral, além de *guidelines* de subscrição específicos por linha de negócios. Nestes são estabelecidos os critérios de subscrição, precificação, alçadas de aceitação, enquadramento e classificação dos riscos. Uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes para análise e classificação do risco não são atendidos, o risco poderá ser recusado.
A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e o cumprimento de todos os seus compromissos com os segurados. Entretanto, a Seguradora entende que a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia de sua saúde financeira.
Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação dentro do processo de subscrição, não são menos importantes.
(ii) Estratégia de resseguro
Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados e riscos catastróficos conforme distribuição das responsabilidades assumidas, potencial de perda e sua distribuição regional. Em situações específicas existe a cessão facultativa.
(iii) Correspondência de ativos e passivos (ALM)
A Seguradora realiza periodicamente análise dos fluxos de ativos e passivos (ALM), para os produtos que estão em comercialização e para aqueles em fase de espera de aprovação pela SUSEP. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do fluxo de ativos em relação ao fluxo de passivos, bem como do Retorno sobre Patrimônio (ROE) e ainda da suficiência de Patrimônio Líquido frente às necessidades de Capital Mínimo Requerido para os próximos anos. O estudo é baseado nas projeções dos riscos assumidos e daqueles que a Seguradora ainda irá assumir, utilizando diversas variáveis especificadas por linha de negócio, como por exemplo, sinistralidade, custos de aquisição, despesas com sinistros, despesas administrativas e estratégias de resseguro.
Este estudo é monitorado pela Administração da Seguradora, a qual reporta ao Conselho de Administração da Seguradora.
(iv) Gerenciamento de riscos por segmento de negócio
O monitoramento da carteira de seguros compreende o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também como ferramentas de monitoramento: a análise de sensibilidade e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM). Além disso, o LAT (*Liability Adequacy Test*) é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.
(v) Teste de sensibilidade
O teste de sensibilidade realizado pela Seguradora constituiu em demonstrar o efeito da mudança em uma premissa importante enquanto outras premissas permanecem inalteradas. Foram utilizadas sinistralidade e despesas administrativas como premissas para efeito nos testes de sensibilidade. A sinistralidade foi aplicada sobre os novos avisos, sobre o estoque da PSL e sobre a provisão de IBNR. A Seguradora não possui produtos que sejam afetados pela taxa de juros, inflação e riscos cambiais. Seguem resultados dos testes de sensibilidade:
• Impacto no resultado e no patrimônio líquido bruto de impostos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Acima de resseguro	Líquido de resseguro	Acima de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas				
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(66.330)	(32.022)		
Aumento de 10 pontos percentuais nas despesas administrativas	(9.621)	(9.621)		
	31/12/2024			
Premissas				
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(66.674)	(14.937)		
Aumento de 10 pontos percentuais nas despesas administrativas	(7.902)	(7.902)		

	31/12/2025	% participação	31/12/2024	% participação
Caixa e bancos	22.021	1,71%	30.188	2,31%
Receíveis (i)	653.495	50,60%	677.661	51,78%
Aplicações financeiras	615.972	47,69%	600.758	45,91%
	1.291.488	100%	1.308.607	100%

(i) O saldo apresentado refere-se às rubricas prêmios a receber, operações com seguradoras, operações com resseguradoras, outros créditos operacionais e títulos e créditos a receber.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado (a)	5.912	5.912	14%	41.412
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (b)	612.171	610.060	13%	576.335
	618.083	615.972		559.346
				11%

(a) Correspondem a quotas de fundo de investimento não exclusivo valorizadas pelo valor da quota informada por seu administrador Banco Itaú Unibanco S.A. na data de encerramento do balanço.
(b) Os valores apresentados se referem a títulos públicos.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	401.383	314.323
Não circulante	214.589	286.435
	615.972	600.758

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2024	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	41.412	40.030	(78.890)	-	3.360	5.912
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	559.346	830.637	(865.661)	14.876	70.862	610.060
Títulos públicos	600.758	870.667	(944.551)	14.876	74.222	615.972
	Saldo em 31/12/2023	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
	610.060	610.060	610.060	610.060	610.060	610.060

	Saldo em 31/12/2023	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	52.413	175.052	(188.133)	-	2.080	41.412
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	617.296	468.826	(564.493)	(18.495)	56.212	559.346
Títulos públicos	669.709	643.878	(752.626)	(18.495)	58.292	600.758

Hierarquia do valor justo
A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:
• **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
• **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
• **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	-	5.912	-	41.412
Títulos públicos	610.060	-	559.346	-
	610.060	5.912	559.346	41.412

8. Prêmios a receber

(i) Prêmios a receber por ramos de seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Seguro Agrícola	142.576	101.914
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	73.155	78.450
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interestadual ou Internacional	54.961	55.118
Responsabilidade Civil Facultativa-Auto	15.853	47.813
Transporte Internacional	37.236	28.771
Marítimos (Casco)	28.424	25.875
Aeronáuticos (Casco)	20.710	17.678
Compreensivo Empresarial	21.569	15.839
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCR-C	30.758	15.183
Resp. Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga-RC-DC	26.567	13.796
Automóvel-Casco	11.403	12.841
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	7.515	10.335
Riscos diversos	9.118	8.863
Transporte Nacional	17.034	6.739
Outros	46.143	38.129
	543.022	477.344

(ii) Aging de prêmios a receber

	31/12/2025					
	Sem vencimento	De 1 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmio a Receber						
A vencer	-	159.571	90.444	48.941	99.167	9.949
Prêmios a receber	-	159.571	90.444	48.941	99.167	9.949
Vencidos	-	29.960	4.208	3.547	6.436	6.629
Prêmios a receber	-	29.960	4.208	3.547	6.436	6.629
(-) Redução ao valor recuperável	-	(624)	(676)	(835)	(4.434)	(6.320)
Sem vencimento	-	(624)	(676)	(835)	(4.434)	(6.320)
Prêmios de RVNE	97.015	-	-	-	-	-
Juros a apropriar	44	-	-	-	-	-
(=) Prêmios a receber	97.059	188.907	93.976	51.653	101.169	10.258
	97.059	188.907	93.976	51.653	101.169	10.258

(i) Movimentação dos ativos de resseguros

	PPNG	PPNG (excesso de danos)	PSL	PDR	IBNR	IBNeR	Comissão diferida RCD (*)	Comissão diferida RVNE RCD (*)	31/12/2025
Saldo em 31/12/2024	290.598	49.513	10.439	168.050	7.432	44.535	40.401	(58.790)	542.128
Constituições	140.207	88.018	14.982	-	5.415	25.868	23.057	29.431	348.478
Diferimento/reversões	(146.395)	(102.479)	(16.282)	-	(2.498)	(22.429)	(15.663)	(28.457)	(352.953)
Variação Cambial	(1.154)	-	-	-	-	-	-	123	(1.031)
Aviso de Sinistros	-	-	-	381.967	20.742	-	-	-	402.709
Atualização monetária	-	-	-	7.238	(270)	-	-	-	6.968
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(298.701)	(20.018)	-	-	-	(318.719)
Saldo em 31/12/2025	283.256	35.052	9.139	258.554	10.803	47.974	47.795	(57.693)	627.580

	PPNG	PPNG (excesso de danos)	PSL	PDR	IBNR	IBNeR	Comissão diferida RCD (*)	Comissão diferida RVNE RCD (*)	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	313.704	15.896	4.265	322.006	3.978	36.528	27.342	(67.175)	654.357
Constituições	167.922	171.027	14.084	-	5.833	35.279	40.882	40.780	503.293
Diferimento / reversões	(192.599)	(137.410)	(7.910)	-	(2.377)	(27.372)	(27.823)	(32.188)	(462.928)
Variação Cambial	1.571	-	-	-	-	-	-	(207)	1.364
Aviso de Sinistros	-	-	-	433.564	25.573	-	-	-	459.137
Atualização monetária	-	-	-	2.330	314	-	-	-	2.644
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(589.850)	(25.889)	-	-	-	(615.739)
Saldo em 31/12/2024	290.598	49.513	10.439	168.050	7.432	44.535	40.401	(58.790)	542.128

	PPNG e RVNE	PPNG (ED)	PSL	PDR (**)	IBNR	IBNER	RCD (*)	RCD RVNE	31/12/2025
Ramo									
Compreensivo Empresarial	23.569	-	28.277	1.249	966	(315)	(1.654)	(231)	51.861
Riscos diversos	7.554	-	3.709	176	2.424	464	(860)	(62)	13.405
Automóvel - Casco	8.664	-	3.705	520	2.616	983	(1.852)	(207)	14.429
Responsabilidade Civil Facultativa-Auto	15.932	-	29.733	1.390	9.675	7.168	(3.311)	(390)	60.197
Transporte Internacional	5.524	1.371	158	1.187	1.696	99	(1.629)	(264)	8.142
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interestadual ou Internacional	2.661	-	22.796	755	319	4.101	(896)	(49)	29.687
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	3.686	-	15.749	778	466	2.835	(1.237)	(71)	22.206
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCR-C	3.280	2.742	1.787	1.018	1.928	1.793	(981)	(281)	11.286
Seguro Rural	-	-	11.930	11	9.547	1.476	-	-	22.964
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	9.217	-	13.051	391	602	3.203	(1.105)	(32)	25.327
Penhor Rural	2.715	-	5.852	163	268	1.436	(591)	(19)	9.824
Marítimos (Casco)	7.334	-	8.482	211	203	1.748	(2.201)	(210)	15.567
Aeronáuticos (casco)	22.928	-	5.161	59	442	2.397	(1.872)	(191)	28.924
Seguro Agrícola	168.332	-	79.148	737	10.909	9.794	(30.862)	(4.522)	233.536
Marítimo (casco)	2.534	-	16.440	-	47	7.636	(207)	(21)	26.429
Riscos de Engenharia	9.179	-	2.415	5	34	130	(3.017)	(200)	8.546
Outros	25.199	5.026	10.161	2.153	5.832	2.847	(5.418)	(550)	45.250
	318.308	9.139	258.554	10.803	47.974	47.795	(57.693)	(7.300)	627.580

	PPNG e RVNE	PPNG (ED)
Ramo		
Compreensivo Empresarial	18.540	-
Riscos diversos	7.266	-
Automóvel - Casco	11.045	-
Responsabilidade Civil Facultativa - Auto	42.752	-
Transporte Internacional	3.982	1.566
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interstadual ou Internacional	2.745	-
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	3.995	-
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCTR-C	-	3.132
Seguro Rural	179.834	-
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	8.025	-
Penhor Rural	5.039	-
Marítimos (Casco)	6.577	-
Aeronáuticos (casco)	23.038	-
Outros	27.273	5.741
	340.111	10.439



Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Títulos e créditos a rece-ber	3.696	23.147	(11.090)	15.753
Créditos Tributários e Pre-videnciários	2.383	15.471	(6.302)	11.552
Depósitos Judiciais	10.760	2.731	(1.553)	11.938
Adiantamento Diversos	925	6.000	(6.448)	477
	17.764	47.349	(25.393)	39.720

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2025.

Com base nestas projeções, a Seguradora possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	31/12/2025
Ganho/Perda com ajuste a valor justo	844
Imposto de renda e contribuição social diferidos-Judicial	6.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos-Diferenças Temporárias	4.983
Total	12.075

A Seguradora com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

12. Custos de aquisição diferidos

O prazo para o diferimento do custo de aquisição acompanha o prazo de vigência da apólice emitida que é geralmente de 12 meses, sendo demonstrado em sua composição comissão de seguros, comissão de seguros RVNE e custo de aquisição para os ramos rural e transporte.

	31/12/2025	31/12/2024
Compreensivo Empresarial	6.383	4.610
Riscos de Engenharia	4.073	2.835
Riscos diversos	6.891	6.145
Automóvel-Cascos	2.932	3.177
R.C. Facultativa-Auto	2.449	9.538
Transporte Internacional	7.338	5.378
R.C. Transportador Rodoviário de Passageiros em Viagem Interestadual ou Internacional	14.035	16.041
R.C. Trans. Rodoviário de Passageiros em Municipal ou Intermunicipal	23.057	23.808
Garantia Segurado-Setor Público	17.519	15.868
Garantia Segurado-Setor Privado	5.447	4.261
Seguro Agrícola	16.314	17.011
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	3.347	4.932
Penhor Rural	2.122	4.996
Marítimos (Casco)	7.929	7.383
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCTR-C	5.221	1.510
Resp. Civil do Transportador Desaparecimento Carga-RCF-DC	4.899	1.475
Outros	13.408	8.834
	143.364	137.802

Abaixo demonstramos a movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	137.802	114.134
Constituição	295.107	287.957
Diferimento/cancelamento	(289.545)	(264.289)
	143.364	137.802
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	126.525	128.029
Não circulante	16.839	9.773
	143.364	137.802

13. Outros valores e bens

O saldo de outros valores e bens em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 corresponde principalmente à operação de salvados.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.795	19.533
Constituição	70.975	41.166
Reversão/Venda	(72.703)	(44.904)
Saldo final	14.067	15.795

14. Arrendamento

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Direito de uso	13.338	9.034
Depreciação acumulada	(6.297)	(6.072)
	7.041	2.962
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	-	-
Não circulante	7.041	2.962
	7.041	2.962
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento	10.204	4.016
Passivo sobre direito de uso	(2.363)	(481)
Juros sobre arrendamento a incorrer	7.841	3.535
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	2.294	2.132
Não circulante	5.547	1.403
	7.841	3.535

15. Impostos, encargos sociais e trabalhistas a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
IOF	19.640	19.674
Encargos trabalhistas	5.117	5.139
Contribuições previdenciárias	731	595
Demais impostos	1.963	6.821
	27.451	32.229

16. Impostos e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	5.189	6.708
COFINS	1.858	3.911
PIS	302	636
Outros Impostos	7	6
	7.356	11.261

(i) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	67.890	67.890
Alíquota nominal	25%	15%
	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	(16.973)	(10.184)
Outras diferenças permanentes e temporárias	(3.958)	(2.388)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.931)	(12.572)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.084	2.389
Crédito Fiscal Corrente a Compensar	1.061	447
Total do imposto	(15.786)	(9.736)
Alíquota efetiva	23%	14%
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	67.890	67.890
Alíquota nominal	25%	15%
	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	(16.973)	(10.184)
Outras diferenças permanentes e temporárias	(3.958)	(2.388)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.931)	(12.572)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.084	2.389
Crédito Fiscal Corrente a Compensar	1.061	447
Total do imposto	(15.786)	(9.736)
Alíquota efetiva	23%	14%

17. Débitos de operações com seguros e resseguros

(i) Operações com resseguradoras

	Prêmios de res-seguro	Exces-so de danos	Prêmios de res-seguro	Comis-sões de res-seguro	Ressar-cimento	31/12/2025
Ramo						
Lucros Cessantes	17.066	-	3.008	(1.400)	-	18.674
Riscos diversos	15.114	-	748	(3.975)	2	11.889
R.C. Facultativa-Auto	44.093	3.915	3.645	(882)	3.429	54.200
Transporte Internacional	9.424	1.068	685	(2.564)	2.718	11.331
Seguro Agrícola	237.605	1.500	26.025	(53.124)	(20.025)	191.981
Marítimos (casco)	10.748	-	1.444	(3.533)	-	8.659
Aeronáuticos (casco)	18.759	-	2.320	(1.691)	-	19.388
Automóvel (casco)	13.889	-	539	(2.869)	2.387	13.946
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	7.822	-	(1.173)	(1.278)	9	5.380
Outros	33.006	2.135	2.804	(7.699)	257	30.503
	407.526	8.618	40.045	(79.015)	(11.223)	365.951

	Prêmios de res-seguro	Exces-so de danos	Prêmios de res-seguro	Comis-sões de res-seguro	Ressar-cimento	31/12/2025
Ramo						
Lucros Cessantes	18.474	14	2.686	(1.254)	-	19.920
Riscos diversos	8.267	310	55	49	122	8.803
R.C. Facultativa-Auto	67.714	-	3.894	(13.531)	2.737	60.814
Transporte Internacional	11.196	2.751	-	(4.471)	148	9.624
Seguro Agrícola	280.148	(750)	31.310	(58.050)	(19.967)	232.691
Marítimos (casco)	9.717	1.465	1.376	(3.739)	3	8.822
Aeronáuticos (casco)	49.336	-	2.284	(1.225)	-	50.395
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	10.696	313	(323)	(1.649)	1	9.038
Outros	26.212	23.809	4.006	(27.833)	21.034	47.228
	481.760	27.912	45.288	(111.703)	4.078	447.335

(ii) Corretores de seguros e resseguros e comissões e juros sobre prêmios emitidos

	31/12/2025	31/12/2024
Ramo		
Seguro Agrícola	12.361	6.465
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1.233	2.287
R.C. Facultativa - Auto e Casco	1.959	8.190
Transporte Nacional	4.362	1.067
Transporte Internacional	11.064	1.924
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	8.386	6.487
R.C. Trans. Desaparecimento de Carga-RCF-DC	7.236	2.637
Garantia Segurado-Setor Público	3.818	2.264

Garantia Segurado-Setor Privado	1.404	1.568
Acidentes Pessoais	228	731
Lucros Cessantes	218	124
Acidentes Pessoais de Passageiros-APP	963	132
R.C. Facultativo para Aeronave-RCF	248	1.033
Marítimos e Aeronáutico (Casco)	7.563	1.770
RC - Transportador Rodoviário de Passageiros Municipal,		
Interestadual ou Internacional	27.346	186
Imobiliário-Empresarial	4.295	5.377
Outros	7.387	40.147
	100.071	82.389

18. Depósitos de terceiros

(i) Discriminação de depósito de terceiros

	31/12/2025	31/12/2024
Cobrança antecipada de prêmios (a)	2.696	13.270
Prêmios e emolumentos (a)	5.431	17.649
	8.127	30.919

(a) A variação apresentada decorre, predominantemente, do recebimento dos valores de subvenção governamental ocorridos em 2025, os quais impactaram diretamente o saldo registrado no exercício.

(ii) Aging depósitos de terceiros

	31/12/2025						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	2.555	141	-	-	-	-	2.696
Prêmios e emolumentos	4.623	105	221	-	482	-	5.431
	7.178	246	221	-	482	-	8.127

(a) Movimentação das provisões técnicas

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	PVR	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	591.139	74.793	315.836	70.848	16.017	77.799	4.080	-	1.150.512
Constituições	141.226	98.539	-	29.737	6.195	33.302	3.207	15.681	327.887
Diferimentos	(139.700)	(110.801)	-	(26.982)	(1.652)	(13.594)	(1.977)	(1.962)	(296.668)
Variação Cambial	(3.244)	-	-	-	-	-	-	-	(3.244)
Aviso de sinistros	-	-	718.230	-	52.620	-	-	-	770.850
(+/-) Atualização monetária	-	-	12.503	-	436	-	-	-	12.939
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(592.829)	-	(52.136)	-	-	-	(644.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	589.421	62.531	453.740	73.603	21.480	97.507	5.310	13.719	1.317.311

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	546.836	21.946	441.997	50.535	8.502	51.279	3.899	1.124.994
Constituições	240.723	187.122	-	47.725	12.329	56.703	376	544.978
Diferimentos	(198.768)	(134.275)	-	(27.412)	(4.918)	(30.183)	(195)	(395.751)
Variação Cambial	2.348	-	-	-	-	-	-	2.348
Aviso de sinistros	-	-	657.059	-	47.844	-	-	704.903
(+/-) Atualização monetária	-	-	7.276	-	271	-	-	7.547
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(790.496)	-	(48.011)	-	-	(838.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	591.139	74.793	315.836	70.848	16.017	77.799	4.080	1.150.512

(i) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstrava a variação da provisão no decorrer dos anos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros Incorridos-Bruto de Resseguro

	DESENVOLVIMENTO DE SI			
	2014	2015	2016	2017
No mesmo ano	100.466	125.963	98.190	80.735
1 ano mais tarde	110.998	128.450	101.488	82.870
2 anos mais tarde	111.004	128.471	101.780	82.946
3 anos mais tarde	111.031	128.474	101.842	82.961
4 anos mais tarde	111.033	128.511	101.842	82.973
5 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.973
6 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978
7 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978
8 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978
9 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	-
10 anos mais tarde	111.038	128.511	-	-
11 anos mais tarde	111.038	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	111.038	128.511	101.842	82.978



Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

Sinistros pagos-brutos de resseguro

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	45.877	43.042	44.297	37.193	62.230	76.656	177.233	340.993	852.816	431.418	298.017	186.660
1 ano mais tarde	110.167	125.186	97.757	77.465	182.051	156.713	290.245	847.748	1.127.367	716.671	396.083	-
2 anos mais tarde	110.562	127.364	100.445	81.265	183.702	158.454	290.891	849.341	1.128.669	719.571	-	-
3 anos mais tarde	110.606	127.532	101.137	81.874	184.274	159.397	290.972	849.693	1.129.019	-	-	-
4 anos mais tarde	110.861	128.172	101.587	82.364	184.570	159.865	291.073	849.805	-	-	-	-
5 anos mais tarde	110.935	128.250	101.681	82.584	184.615	160.242	291.104	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	110.966	128.262	101.778	82.632	184.692	160.602	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	110.986	128.360	101.802	82.874	184.816	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	111.026	128.368	101.828	82.969	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	111.031	128.372	101.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	111.038	128.382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	111.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025)												
[a]	111.038	128.382	101.842	82.969	184.816	160.602	291.104	849.805	1.129.019	719.571	396.083	186.660

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	3	34	3	335	90	148	71	7	42	256	120	337
1 ano mais tarde	343	181	906	2.711	728	921	790	1.051	1.162	1.268	1.645	-
2 anos mais tarde	667	507	2.474	4.745	1.569	2.005	1.182	1.639	2.446	3.560	-	-
3 anos mais tarde	1.926	2.241	3.463	6.878	2.442	3.090	1.480	2.249	3.515	-	-	-
4 anos mais tarde	2.705	3.393	4.049	7.941	3.671	4.678	1.886	3.097	-	-	-	-
5 anos mais tarde	3.529	3.938	4.844	9.209	5.731	5.385	2.003	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	3.763	5.097	6.613	10.588	6.956	5.860	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	3.795	6.095	7.988	12.215	7.587	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	4.047	9.209	8.487	13.281	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	4.387	9.480	8.635	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	4.415	9.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	4.415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	4.415	9.807	8.635	13.281	7.587	5.860	2.003	3.097	3.515	3.560	1.645	337

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS-ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	45.880	43.076	44.300	37.528	62.320	76.804	177.304	341.000	852.859	431.674	298.136	186.997
1 ano mais tarde	110.510	125.367	98.663	80.177	182.779	157.634	291.035	848.799	1.128.530	717.938	397.728	-
2 anos mais tarde	111.229	127.871	102.919	86.009	185.271	160.460	292.073	850.981	1.131.115	723.132	-	-
3 anos mais tarde	112.532	129.773	104.599	88.752	186.716	162.487	292.453	851.942	1.132.534	-	-	-
4 anos mais tarde	113.565	131.565	105.636	90.306	188.241	164.543	292.959	852.902	-	-	-	-
5 anos mais tarde	114.464	132.188	106.525	91.793	190.347	165.627	293.107	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	114.729	133.359	108.391	93.221	191.648	166.462	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	114.781	134.455	109.790	95.089	192.403	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	115.073	137.577	110.315	96.249	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	115.418	137.852	110.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	115.453	138.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	115.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	115.453	138.189	110.477	96.249	192.403	166.462	293.107	852.902	1.132.534	723.132	397.728	186.997

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 648/2021.

Sinistros pagos-liquidos de resseguro

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	48.650	49.559	52.673	52.129	76.029	100.043	200.874	389.719	992.380	536.862	421.020	360.063
1 ano mais tarde	116.686	136.599	113.122	100.775	205.782	196.102	330.359	972.047	1.227.968	872.774	614.897	-
2 anos mais tarde	117.414	139.324	116.679	108.095	209.046	200.140	332.959	976.816	1.234.784	881.330	-	-
3 anos mais tarde	117.507	139.549	117.720	109.313	210.190	202.350	333.343	978.192	1.236.291	-	-	-
4 anos mais tarde	117.533	140.337	118.198	110.295	210.781	203.468	333.737	978.941	-	-	-	-
5 anos mais tarde	117.653	140.492	118.386	110.734	210.872	204.373	333.907	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	117.716	140.517	118.580	110.830	211.026	205.291	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	117.756	140.712	118.628	111.313	211.274	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	117.835	140.730	118.681	111.503	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	117.846	140.737	118.709	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	117.859	140.757	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	117.859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	117.859	140.757	118.709	111.503	211.274	205.291	333.907	978.941	1.236.291	881.330	614.897	360.063

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	7	69	6	670	180	296	271	48	231	867	339	1.656
1 ano mais tarde	686	331	1.183	5.422	1.457	2.030	1.580	2.194	3.194	4.882	4.433	-
2 anos mais tarde	1.334	991	3.361	8.135	2.859	4.589	3.124	5.000	6.605	10.217	-	-
3 anos mais tarde	4.318	3.091	5.138	12.402	4.604	7.173	4.120	7.421	9.741	-	-	-
4 anos mais tarde	5.127	4.627	6.311	14.529	6.604	10.028	6.016	9.733	-	-	-	-
5 anos mais tarde	6.342	5.676	7.880	17.006	10.412	11.732	6.595	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	6.808	7.627	10.602	19.764	12.765	12.895	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	6.873	9.037	12.927	23.018	14.027	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	7.377	14.103	13.924	25.148	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	8.056	14.645	14.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	8.113	15.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	8.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	8.113	15.244	14.221	25.148	14.027	12.895	6.595	9.733	9.741	10.217	4.433	1.656

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS-ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	48.656	49.628	52.679	52.799	76.209	100.338	201.145	389.767	992.611	537.729	421.359	361.718
1 ano mais tarde	117.372	136.930	114.305	106.197	207.238	198.132	331.940	974.241	1.231.162	877.656	619.331	-
2 anos mais tarde	118.749	140.316	120.039	116.231	211.905	204.729	336.083	981.816	1.241.389	891.547	-	-
3 anos mais tarde	121.826	142.641	122.858	121.715	214.794	209.523	337.463	985.613	1.246.032	-	-	-
4 anos mais tarde	122.659	144.964	124.509	124.823	217.385	213.496	339.753	988.674	-	-	-	-
5 anos mais tarde	123.994	146.168	126.266	127.740	221.285	216.106	340.503	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	124.524	148.144	129.182	130.594	223.791	218.186	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	124.629	149.749	131.555	134.331	225.301	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	125.212	154.832	132.605	136.651	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	125.902	155.381	132.930	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	125.972	156.001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	125.972	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	125.972	156.001	132.930	136.651	225.301	218.186	340.503	988.674	1.246.032	891.547	619.331	361.718

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 648/2021.

20. Garantia das provisões técnicas

Os valores contábeis das aplicações vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas de Seguros	(589.421)	(591.139)
PPNG-Riscos vigentes já emitidos	(62.532)	(74.793)
PPNG - RVNE	(453.738)	(315.836)
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	(21.480)	(16.017)
Provisão despesas relacionadas (PDR)	(73.603)	(70.848)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(97.507)	(77.799)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	(19.029)	(4.080)
Provisão de Excedentes Técnicos (PET)	(1.317.310)	(1.150.512)



Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50



	Índices-%				Índices-%								
	Prêmios Ganhos	Sin- tralida- de	Comissiona- mento (sobre prêmio emitido líquido)		Prêmios Ganhos	Sin- tralida- de	Comissiona- mento (sobre prêmio emitido líquido)						
31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024									
Compreensivo Residencial	3	-	48	Automóvel - Casco	34.331	53	4	Transporte Nacional	21.898	2.774	17	1.949	160
Compreensivo Empresarial	46.948	38	20	Transportes - RCO	141.497	54	30	R.C. Geral	21.791	1.049	2.591	3.378	257
Lucros Cessantes	3.158	0	21	Responsabilidade civil-RCO	94.348	70	30	Compreensivo Empresarial	20.397	3.296	3.466	20.719	149
Riscos de Engenharia	14.315	53	25	APP-Acidentes pessoais	11.051	9	30	Garantia Segurado-Setor Público	16.036	5.632	3.716	5.168	2.060
Riscos Diversos	40.645	28	29	Imobiliário demais cobertura	36.045	17	66	Aeronáutico (Casco)	13.524	5.327	14.262	10.625	2.003
Riscos Nomeados e Operacionais	235	-	24	Seguro Rural	472.260	48	10	R.C. Facultativa Veículos (RCFV)	13.502	925	5.029	23.279	1.021
R.C. Administradores e Diretores (D&O)	635	(10)	21	Garantia Segurado-Setor Privado	9.806	32	38	Benfeitorias	12.192	2.160	12.741	10.994	968
R.C. Geral	27.160	13	33	Riscos Diversos-Decenal	34.989	50	25	Penhor Rural	3.843	1.557	6.766	8.374	1.094
R.C. Profissional	2.059	78	22	Lucros Cessantes	1.990	4	21	Garantia Segurado-Setor Privado	10.075	1.037	1.523	2.421	505
Acidentes Pessoais Passageiros (APP)	11.095	24	32	R.C. Geral	16.617	25	30	Automóvel-Casco	9.506	8.990	4.011	7.173	1.551
Automóvel-Casco	32.078	48	16	Benfeitorias	45.074	78	20	Seguro Agrícola	49.777	9	(453)	346.232	-
R.C. Facultativa Veículos (RCFV)	73.856	116	14	Penhor Rural	38.233	57	25	Outros	29.640	4.723	5.063	14.652	1.509
Transporte Nacional	20.396	38	31	Marítimos	56.176	44	21	Total	550.188	83.420	89.708	567.078	21.314
Transporte Internacional	51.606	34	36	Aeronáuticos RETA	3.902	101	17						
RCTR-P Interestadual/Internacional	101.143	74	29	Aeronáuticos Casco	42.034	32	11						
RCTR-P Municipal/Intermunicipal	147.572	57	21	Aeronáuticos-RC Hangar	689	(3)	11						
R.C. Transportador Ferroviário Carga (RCTF-C)	11	2	3	Transportes Internacionais	29.979	29	33						
R. C. do Transportador Aéreo Carga - RCTA-C	301	62	39	Garantia-Público	22.433	62	38						
R.C. Transportador Rodoviário Carga (RCTA-C)	61.396	91	37	Riscos de Engenharia	8.539	30	24						
R.C. Transportador Desaparecimento de Carga (RC-DC)	43.997	28	37	Aeronáuticos RCF	4.417	33	12						
R.C. Transportador Aquaviário Carga (RCA-C)	272	(21)	40	Transporte Nacional	14.234	61	30						
R. C. de Veículo Transportador Rodoviário de Carga-RC-V	227	0	23	RCTransporte Rodoviário de Carga	69.786	69	35						
Garantia Segurado-Setor Público	27.853	48	38	RC Transporte Desvio de Carga	34.940	39	34						
Garantia Segurado-Setor Privado	12.465	7	38	RCFV-Caminhões	1.942	35	28						
Acidentes Pessoais Coletivo	3.169	9	29	Acidentes Pessoais	104.020	112	9						
Vida em Grupo	986	145	35	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	2.065	25	28						
Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR	177.203	24	10	E&O	634	42	19						
Seguro Agrícola	231.302	53	9	R.C. Transporte Ferroviário Carga	1.196	53	19						
Benfeitorias	42.528	98	23	Vida em Grupo	120	34	37						
Penhor Rural	30.358	96	28	Acidentes Pessoal Individual	126	8	23						
Acidentes Pessoais Individual	98	1	30	Total	1.333.476								
Marítimo (Casco)	65.906	74	23	A Seguradora possui operações em todo território nacional, entretanto as linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.									
R.C. Facultativa para Aeronaves (RCF)	4.769	396	12										
Aeronáutico (Casco)	44.621	64	12										
R.C. Hangar	1.031	495	11										
RETA	5.199	31	16										
Total	1.326.596												

Conselho de Administração Fabio Henrique Ferreira de Pinho			Diretoria Vanessa Arteaga Diretora Presidente Interina / Diretora Financeira Leandro Evangelista Poli Diretor Técnico Contador			Fernando Tiago Lucas Alves CRC-RJ 129006/O-7 Atuário Leandro Evangelista Poli MIBA 1262		
Presidente do Conselho de Administração Eric Laurent Jenck Conselheiro								
Daniel Fraga Conselheiro			Claire McDonald Conselheira					

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras								
Aos Administradores e Acionistas da Essor Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ			é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			rialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		
Opinião			Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.		
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.		
Base para opinião			• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.			• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.		
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.			• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.			• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.		
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor			• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.			Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.		
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.			• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a mate-			Forvis Mazars Auditores Independentes CRC 2SP023701/O-8		
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.						Douglas Souza de Oliveira Contador CRC 1SP191325/O-O "RJ"		
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.								
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras								
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração								

Parecer dos atuários auditores independentes								
Aos Administradores e Acionistas da Essor Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ			internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da ESSOR Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da ESSOR Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.		
Escopo da Auditoria			Responsabilidade dos atuários independentes			Outros assuntos		
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da ESSOR Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da ESSOR Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.			Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da ESSOR Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.			No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.		
Responsabilidade da Administração			Opinião			Mário Costa Atuário MIBA 933		
A Administração da ESSOR Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles			Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas					



essor.com.br

/essorseguros

/company/essor-seguros

/essorseguros

/essorseguros



**TRANSPARÊNCIA,
GOVERNANÇA
E COMPROMISSO
COM RESULTADOS.**

essor 
Seguradora do Grupo SCOR



essor.com.br
in /company/essor-seguros
@ /essorseguros
f /essorseguros

